



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

## Interpelação Escrita

### Os serviços de autocarros - prestar atenção à articulação entre os contratos antigos e os novos

Desde que se falou da alegada infracção da lei na implementação do actual modelo de exploração dos serviços de autocarros que a população tem estado atenta aos trabalhos de acompanhamento levados a cabo pelo Governo, com a expectativa de que este resolvesse os problemas aquando do tratamento do caso da Reolian. Mas, até ao momento, nada se vislumbra quanto à resolução desses problemas, e a população está preocupada com o futuro dos serviços de autocarros.

Segundo as afirmações do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, em sede de Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas da Assembleia Legislativa, à nova operadora que sucede à Reolian vai ser aplicado um novo modelo de contrato, um modelo misto, que apresenta 3 vantagens: 1. Indexação do apoio financeiro à avaliação dos serviços. O Governo pretende, através da criação dum sistema de prémios e penalidades, incentivar a operadora a prestar serviços de melhor qualidade; 2. As receitas das tarifas cobradas pertencem à operadora, o que contribuirá para a incentivar a ser mais activa, a aumentar a frequência das carreiras e a escoar melhor os passageiros durante as horas de ponta; e 3. A fixação de um limite máximo de apoio financeiro, o que contribuirá para



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

salvaguardar a racionalização das despesas do Governo da RAEM<sup>1</sup>. Com base nestes esclarecimentos, pode concluir-se que não são poucas as vantagens a retirar da celebração deste novo contrato de serviços de autocarros.

Entretanto, até ao momento, o Governo ainda não resolveu os problemas decorrentes da implementação do contrato de serviços de autocarros em vigor. Na altura da apresentação do actual modelo de contrato, o Governo referiu que este ia beneficiar o desenvolvimento dos serviços de autocarros, mas afinal só resultou em problemas incessantes. Portanto, para que a população volte a confiar no Governo, este deve empregar todos os seus esforços para assegurar que o novo contrato de serviços, de modelo misto, dê resposta às exigências da população, nomeadamente, que tenha por base um suporte legal, e que a sua celebração resulte na prestação de serviços de qualidade e na utilização racional do erário público.

Interpelo, então, o Governo, sobre o seguinte:

1. Segundo as informações do Governo, o novo contrato de serviços de autocarros é caracterizado pelo seu modelo misto. Como é que o Governo vai salvaguardar a legalidade deste novo contrato, com vista a que não se levantem quaisquer dúvidas sobre a sua ilegalidade ou sobre as suas deficiências? Às operadoras existentes continua a aplicar-se o modelo contratual em vigor, enquanto às novas vai ser aplicado um novo. Como é que o Governo vai salvaguardar a co-exploração dos serviços de autocarros? Como é que o Governo vai assegurar a concorrência justa? Vai proceder às necessárias correcções do contrato em vigor?

---

<sup>1</sup> “No contrato celebrado com a nova operadora que sucede à Reolian, consta um regime de prémios e penalidades”, página B06, *Macao Daily News*, 28 de Maio de 2014.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Segundo o Comissariado contra a Corrupção, o contrato dos serviços de autocarros em vigor dá azo a vários problemas, nomeadamente, quanto ao destino dos bens das operadoras, ao ajustamento das tarifas, etc., problemas estes que ainda não estão devidamente resolvidos. Será que vão ficar completamente resolvidos com a aplicação do novo contrato de serviços?
3. Segundo o Director dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, Wong Wan, o mais importante é garantir a política de tarifas baixas e o benefício da correspondência entre autocarros<sup>2</sup>. Mas, actualmente, com a utilização do *Macaupass*, os residentes já usufruem deste benefício, ou seja, estão isentos do pagamento de tarifas durante uma hora, quando mudam de carreira. Segundo o novo contrato de serviços, as receitas das tarifas cobradas pertencem à operadora. Então, se o Governo deixar de atribuir apoio financeiro às operadoras, destinado ao referido benefício de correspondência, estas vão ser prejudicadas. Como é que o Governo vai resolver isto? E se mantiver o apoio financeiro, como é que vai fiscalizar e aferir se o erário público está a ser racionalmente utilizado?

30 de Maio de 2014.

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau  
Wong Kit Cheng**

---

<sup>2</sup> “No contrato celebrado com a nova operadora que sucede à Reolian, consta um regime de prémios e penalidades”, página B06, *Macao Daily News*, 28 de Maio de 2014.